

Introdução

Esta obra resulta da dissertação de mestrado com o mesmo nome, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2018. Tendo como base os conhecimentos disponíveis nas obras *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, de António de Oliveira, *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Geografia do Poder Municipal*, de Sérgio Soares e *Nobrezas e governança: identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)*, de Ana Isabel Ribeiro, bem como em outros estudos sobre a cidade, este trabalho pretende trazer novos dados sobre a economia e finanças da instituição concelhia. O seu principal objeto de estudo é estrutura e a evolução das finanças concelhias da Câmara Municipal de Coimbra, entre 1601 e 1660, um período que se integra na crise, ou crises, do séc. XVII.

A Coimbra do séc. XVII era cabeça de comarca e provedoria, detentora de um alargado termo, constituído por cerca de 100 juradias, tendo algumas estatuto de concelhos. O funcionamento camarário e as funções dos seus oficiais estavam regulamentados pela legislação proveniente do poder central, bem como pela legislação municipal, caso das posturas. O âmago da investigação está na análise da composição das receitas

e despesas e da sua evolução do longo do tempo, bem como no estudo da intervenção dos oficiais concelhios e de outros servidores na gestão económica do concelho. Tentámos, para além dos números, captar a vida camarária, no sentido de uma melhor compreensão e interpretação das fontes das finanças municipais.

Usamos uma metodologia comparativa, ainda que com os limites decorrentes da escassez de estudos para o século XVII. Tentamos aferir o impacto que a “Crise do século XVII” e a Guerra da Restauração tiveram nas finanças municipais, analisando as quebras nas rendas, cuja preponderância nas receitas era muito significativa, e o aumento das despesas e, conseqüentemente, dos saldos negativos, mais frequentes a partir da década de 30.

Com a devolução ao poder concelhio de competências que lhe tinham sido retiradas no período do Estado Novo, os estudos sobre municipalismo atraíram a atenção dos historiadores dando origem a uma vasta bibliografia sobre temáticas diversificadas, sendo a composição social das governanças concelhias uma das mais tratadas. A historiografia concelhia referente à Época Moderna tem-se centrado sobretudo no século XVIII, e de forma particular, no período que decorre entre 1750 e 1820.

Até aos finais da década de 70, a historiografia nacional não conheceu muitos estudos exaustivos sobre finanças. Destacamos, contudo, a obra *Administração seiscentista do município vimaranense*¹ (1953), de Alberto Vieira Braga, que publicou as receitas e despesas da Câmara de

¹ BRAGA, Alberto Vieira (1953), *Administração seiscentista do município vimaranense*, Guimarães, Edição da Câmara Municipal de Guimarães.

Guimarães entre 1628 e 1700. Na III parte da obra o autor realiza uma análise mais detalhada das despesas, mas dificilmente se pode considerar um estudo quantitativo.

A partir da década de 80 surgiram mais investigações sobre estas temáticas. A obra de Francisco da Silva, *O Porto e o seu termo: 1580-1640: os homens, as instituições e o poder*², constitui-se uma leitura fundamental. O autor realiza um estudo das finanças da Câmara do Porto, com uma análise minuciosa das diferentes receitas, todas elas autónomas e com afetações distintas. Analisa de forma aprofundada os cargos de oficiais camarários, tornando-se assim numa de referência para o estudo da estrutura e funcionamento dos municípios.

José Viriato Capela é outro dos historiadores que mais tem contribuído para esta temática, com uma vasta obra publicada³. Nas suas investigações o autor tem uma particular atenção em determinar os gastos das câmaras com o poder central e com o poder local. A obra *O Minho e os seus municípios* compila vários estudos do autor e de outros investiga-

² SILVA, Francisco Ribeiro da (1985), *O Porto e o seu termo: 1580-1640: os homens, as instituições e o poder*, vol. I e II, Porto, Dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

³ Destacamos: CAPELA, José Viriato (1983), “Viana na segunda metade do século XVIII: em torno da decadência e subalternização comercial”, *Terra de Val de Vez. Boletim Cultural*, n.º6, Arcos de Valdevez, pp. 113-149; CAPELA, José Viriato (1991), “O município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira”, *Bracara Augusta*, Braga, 41 (104-105), 1988 – 1989, pp. 177-363; CAPELA, José Viriato (1993), “Programas e intentos de reforma fiscal. Antecipações revolucionárias (1796-1820)” in *Política, administração, economia e finanças públicas portuguesas (1750-1820)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; CAPELA, José Viriato (1994), “O município português no horizonte da 1ª reforma liberal”, *Cadernos de estudos Municipais*, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, n.º1, 1994, pp. 75-91; CAPELA, José Viriato (1995), *O Minho e os seus municípios: estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*, Braga, Universidade do Minho; CAPELA, José Viriato (2000), *Vila Nova de Cerveira: elites, poder e governo municipal: 1753-1834*, Braga, Praxis XXI.

dores, que incidem cronologicamente na segunda metade do séc. XVIII e primeira do XIX e estuda vários municípios do norte do país. É uma obra de grande cariz comparativo, pois permite uma interpretação de conjunto às receitas e despesas de várias câmaras.

Nos inícios da década de 90, Eduardo Mota publica *Administração municipal de Gouveia em finais de setecentos*⁴, uma obra que aborda o funcionamento administrativo, as políticas de intervenção municipal (que estão relacionadas com a receita e despesa) e a fiscalidade camarária.

Mais recentemente, Patrícia Costa, em *Finanças e Poder na Cidade do Porto (1706-1777): do registo à fiscalização, estabilidades e ruturas*⁵, apresenta um estudo que analisa a composição, organização e processamento das contabilidades municipais do Porto, na perspetiva da sua estrutura, administração e registo contabilístico, além da ação uniformizadora e centralizadora da coroa por intermédio de leis e da ação dos oficiais régios.

Nós próprios realizámos uma incursão no tema, em *As receitas e despesas da Câmara de Penafiel: a importância das rendas nas finanças municipais (1782-1820)*⁶, onde efetuámos um estudo da estrutura e evolução das finanças da Câmara Municipal de Penafiel, com um foco

⁴ MOTA, Eduardo (1990), *Administração municipal de Gouveia em finais de setecentos*, Gouveia: Gaudela, cop.

⁵ COSTA, Patrícia (2014), *Finanças e Poder na Cidade do Porto (1706-1777): do registo à fiscalização, estabilidades e ruturas*, Porto, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁶ BARBOSA, José Luís dos Santos (2017), *As receitas e despesas da Câmara de Penafiel: a importância das rendas nas finanças municipais (1782-1820)*, *História - Revista da FLUP*, IV Série, Vol. 7, n° 2, pp. 190-215.

particular na articulação entre as rendas da câmara e as atividades profissionais dos rendeiros que as arrematavam.

No âmbito de trabalhos sobre as finanças municipais de Coimbra destacamos a obra de A. da Rocha Brito, *Finanças quinhentistas do município coimbrão*⁷. É um estudo de natureza qualitativa, em que o autor analisa as finanças da Câmara de Coimbra no séc. XVI, tendo um particular cuidado em apurar as origens das receitas e despesas, cruzando as informações de diferentes tipos de fontes.

O estudo *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, de António de Oliveira⁸, revela-se uma leitura fundamental. Partindo de um enquadramento económico e social, o autor analisa a origem de algumas das rendas da câmara (publicadas em anexo), assim como a cobrança de impostos, com particular ênfase sobre as sisas.

Sérgio da Cunha Soares, na obra *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Geografia do Poder Municipal*⁹, faz um estudo das finanças municipais em articulação com as conjunturas, com um foco particular no papel que as elites desempenhavam na governança municipal e, conseqüentemente, na gestão das contas camarárias.

Mais recentemente, Pedro Luís e João Rodrigues realizaram um estudo intitulado *O Município de Coimbra e as suas Finanças: Análise da Evolução das Receitas e Despesas da Câmara de Coimbra entre 1557 e*

⁷ BRITO, A. da Rocha (1943), *As finanças quinhentistas do município Coimbrão*, Coimbra, Biblioteca Municipal.

⁸ OLIVEIRA, António de (2016), *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, edição digital, Coimbra, Palimage.

⁹ SOARES, Sérgio Cunha (2001), *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Geografia do Poder Municipal*, 3 Vols., Coimbra, CHSC.

1660¹⁰, partindo dos dados recolhidos por Alberto Brito, e elaborando um estudo de cariz quantitativo, analisando a gestão financeira e a evolução das receitas e despesas, colocando sempre em confronto as contabilidades dos tesoureiros e as dos provedores.

A escolha cronológica (1601-1660) explica-se pela intenção de realizar um estudo de finanças de uma grande câmara municipal numa conjuntura nacional e internacional particularmente difícil. Como as finanças municipais de Coimbra referentes ao século XVI já haviam sido estudadas, por A. da Rocha Brito e Pedro Luís e João Rodrigues, decidimos iniciar esta investigação no ano de 1601 até 1660, aproveitando ser nesta cronologia que se encontram mais fontes disponíveis (existem livros de receitas e despesas para 82% dos anos).

Com vista ao cumprimento dos objetivos anunciados anteriormente, optamos por dividir a obra em sete capítulos. No primeiro capítulo, analisamos as fontes usadas, as suas potencialidades e limitações e explicamos as opções metodológicas escolhidas. No segundo capítulo, contextualizamos o nosso estudo ao nível das conjunturas nacionais e locais. No terceiro capítulo, analisamos a estrutura, organização e funcionamento da Câmara de Coimbra, a partir dos livros de receita e despesa. O quarto e quinto capítulos analisam as receitas e despesas da câmara e a sua evolução ao longo do tempo, com um foco particular nas rendas e nos seus contratadores, pela sua importância nas contas municipais, além de realizarmos uma distinção e comparação entre os gastos

¹⁰ LUÍS, Pedro, RODRIGUES, João (2008), *O Município de Coimbra e as suas Finanças: Análise da Evolução das Receitas e Despesas da Câmara de Coimbra entre 1557 e 1660*, trabalho de Seminário em Poder e Governança, orientado pela professora doutora Margarida Neto, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

da câmara com o poder local e poder central, analisando os fatores que levaram à sua evolução. No capítulo sexto, examinamos os saldos das contas comparando os nossos dados com as câmaras do Porto e de Guimarães para o mesmo período¹¹. No sétimo e último capítulo, analisamos a ação fiscalizadora por parte do poder central, através da atuação dos provedores e os mecanismos que estes usaram para interferir na atuação dos oficiais da câmara.

Ao longo do percurso que culmina com apresentação desta investigação tive o privilégio de contar com o apoio de várias pessoas a quem devo agradecer. Em primeiro lugar à minha orientadora de dissertação, a quem muito devo, a Doutora Margarida Sobral Neto, pela ajuda na escolha e definição do tema, pelo apoio, disponibilidade, conhecimentos e rigor que me transmitiu, não só durante a realização deste trabalho, mas ao longo de toda a minha curta carreira académica. À minha coorientadora, a Doutora Ana Isabel Ribeiro, pela disponibilidade e acompanhamento, cujos conhecimentos foram fundamentais para a resolução de diversos problemas e dúvidas. Ao Dr. Jorge Fragoso, da Palimage Editores, por esta oportunidade, pela colaboração e pela confiança depositada.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, especialmente à Dra. Paula França e à Dra. Fernanda Ribeiro, pela forma

¹¹ Os vários estudos já realizados sobre finanças concelhias não apresentam uma linha metodológica comum e uniforme, fruto das limitações das fontes ou dos objetivos a que as investigações se propunham, o que dificulta a comparação de alguns resultados. Por outro lado, a generalidade dos estudos incide sobre os finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, o que também invalida a comparação dos resultados, visto tratarem-se de conjunturas distintas e separadas do nosso trabalho por cerca de um século.

simpática que me acolheram e pela preciosa ajuda no acesso aos documentos e obras do arquivo. Aos funcionários das diversas bibliotecas e institutos da Faculdade de Letras por onde estudei, pela paciência e prontidão na disponibilização dos conteúdos.

Aos meus colegas e amigos, em particular à Rita, Laura, Mariana, Joana, Gustavo e Rodrigo, pelo apoio incondicional, pela amizade, pelas sugestões que me deram e pelas revisões ao texto. Em último lugar, mas não com menor importância, à minha família, principalmente ao meu pai, à minha mãe e ao meu irmão. Pelos sacrifícios que fizeram e pela força e motivação que nunca me faltou.

Índice

Prefácio.....	9
Introdução	13
1. Campo em análise.....	21
2. Os sécs. XVI e XVII: o contexto nacional e local	33
3. A Câmara Municipal de Coimbra: origem, estrutura e funcionamento.....	47
4. As finanças da Câmara Municipal de Coimbra (I) - Receita.....	83
5. As finanças da Câmara Municipal de Coimbra (II) - Despesas..	139
6. As finanças da Câmara Municipal de Coimbra (III) - Os saldos	205
7. A câmara e o controlo por parte do poder central: a ação dos provedores	211
Conclusão	219
Anexos	227
Fontes manuscritas	231
Fontes impressas	233
Estudos	235